

Autarquias e Autonomia Cultural

Mário C. Moutinho

8º Encontro nacional Museologia e Autarquias, Portimão

Para lá das funções tradicionais da recolha, conservação e exibição de objectos tal como estão enunciados nos estatutos do ICOM, os museus têm vindo cada vez mais a pretender servir como meios de comunicação, abertos às preocupações do mundo contemporâneo.

Em muitos casos assumem-se como centros de dinamização sócio - cultural, procurando participar e ser veículos do desenvolvimento do meio que lhes dá vida.

Por mais elementar que seja a atenção que se preste ao panorama da Museologia contemporânea em Portugal dever-se á reconhecer o seu carácter multifacetado, onde se cruzam conceitos, atitudes, e objectivos que traduzem não só orientações gerais da museologia, mas o papel e o lugar que os intervenientes pretendem ocupar na sociedade na afirmação do direito partilhado a uma plena cidadania.

As diferentes formas de museologia desenvolvidas por todo o país em particular depois da revolução de 25 de Abril de 1974 que levou à democratização do país e ao fim do império colonial (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor ...) permitem afirmar que paralelamente aos museus de Estado, vieram à luz do dia centenas de processos museológicos por iniciativa do forte movimento associativo cultural e ecológico e do reforço poder autárquico no seio de um processo profundo de descentralização.

São dezenas de milhar de pessoas que de formas diferentes e mais ou menos elaboradas ou teorizadas, encontraram na museologia o meio privilegiado de expressão sobre questões do seu quotidiano

Trata-se sem dúvida de processos museológicos, permanentes ou intermitentes, criativos ou reprodutores de modelos, conservadores ou participantes no desenvolvimento das comunidades que lhes dão vida.

Trata-se de uma museologia no essencial sem recursos financeiros e saberes sofisticados e que tantas vezes também é marcada por ideologias e paradigmas desfasados.

Mas trata-se também, de uma museologia que exprime a cultura do nosso tempo, a cultura das misturas, expressão de uma sociedade em mudança.

Estes museus e processos museológicos são em nosso entender a expressão profunda da museologia contemporânea em Portugal.

E, neste sentido esta museologia do quotidiano revela-se ser também uma componente essencial da própria mudança.

Não é assim um fenómeno de ruptura ou marginal, mas pelo contrário é fruto e semente de uma sociedade mais democrática, de um associativismo mais livre, de um municipalismo mais consciente de um novo modelo de desenvolvimento que favorece a descentralização e consequente valorização dos recursos locais -humanos e naturais.

O alargamento da noção de património, é a consequente redefinição de "objecto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada.

Alteram-se aqui o lugar e a função dos intervenientes (profissionais - público - criadores) bem como as noções de património, de objecto museológico e de colecção. O poder de decisão é reequacionado em termos de uma possível autogestão, ou de pelo menos de uma maior acessibilidade de cada interveniente à gestão museológica e à criação museográfica.

Não ser uma museologia da ruptura ou marginal não significa que se estruture e se fundamente à imagem da museologia tradicional e urbana. Pelo contrário esta NOVA MUSEOLOGIA que resulta das novas condições de produção do discurso museológico e que por isso integra o saber museológico acumulado ao longo de gerações, demonstra nas suas diversas formas uma consciência mais clara da ideia de participação e provoca uma implicação social mais evidente.

Estamos pois a falar de uma museologia informal que se enquadra no conceito mais amplo de MUSEOLOGIA SOCIAL o qual traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea.

Testemunham deste processo a importância crescente que tem tido em Portugal a realização de encontros de reflexão e apresentação de práticas museológicas.

Reunindo regularmente entre uma e duas centenas de museólogos autarcas, estudantes, professores e investigadores podemos referir as **Jornadas Sobre a Função Social do Museu** de iniciativa do grupo português do Movimento Internacional para uma Nova Museologia MINOM¹, **Os Encontros Nacionais Museologia e Autarquias** criados no seio do Curso de Museologia Social (quando foi introduzido no Ensino Superior em Portugal a Museologia como área específica do saber) primeiro na UAL e posteriormente transferido para o ISMAG/ULHT Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, e os **Colóquios da APOM** no último dos quais reunido em Setúbal tivemos oportunidade de verificar que a média etária dos participantes baixou consideravelmente em relação ao que era costume, revelando assim a renovação da própria associação. Toda esta necessidade de troca de saberes e de experiências revela por seu lado uma nova atitude no mundo da museologia em Portugal: a insatisfação e o desejo de fazer melhor.

Parece finalmente que a museologia do exibicionismo como falava Hugues de Varine tem cada vez menos espaço no nosso país (excepção feita para os eventos de fachada) e apenas sobrevive em estado de grande debilidade nos museus sob a tutela do IPM -mas nem todos, e de outras instituições que se obstinam em pensar que apesar de tudo no mundo estar em mudança os museus devem ficar alheios ao mundo que os rodeia.

O recente Decreto-Lei 161/97 que vem recauchutar o IPM é disso exemplo e representa a incapacidade do Ministério da Cultura se informar sequer minimamente dos rumos da museologia contemporânea, resumindo a museologia ao mundo dos objectos (eventualmente objectos museológicos). “ Situado num plano multidisciplinar e experimental por excelência, o museu tem por vocação específica explorar o objecto na multiplicidade das perspectivas por que pode ser estudado e fruído. Decorre daí o problema da significação do objecto isolado e da complementaridade dos conjuntos, conduzindo à necessidade de um forte incentivo à investigação e à colaboração com entidades especializadas, sem as quais não há garantia de políticas integradas de valorização, de incorporação e de gestão das colecções museológicas”. Incapazes de distinguir a diferença entre Museus e Museologia, reduzem o Museu aos conjuntos de colecções “objectos com interesse museológico” como se o museu tivesse por objectivo servir os objectos.

Felizmente que na prática a museologia no nosso país não anda a reboque dos textos legais e que de Norte a Sul do país as pessoas exigem

¹O MINOM é uma organização reconhecida pelo ICOM (Conselho Internacional dos Museus) que como sabemos é foi fundada em 1946, agrupando 8000 membros individuais e as mais prestigiadas instituições museológicas em 120 países. O ICOM é aliás associado à UNESCO como organização da categoria A e tem estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social da ONU.

cada vez mais uma museologia não ao serviço dos objectos mas que sirva o desenvolvimento do meio onde toma forma e se transforma cada dia.

As Jornadas sobre a Função Social do Museu que agora tiveram lugar na Póvoa do Lanhoso com o apoio da Câmara Municipal são neste sentido significativas pois revelaram que a par de uma visão estagnada de alguns representantes de organismo públicos, o que há anos era um escândalo hoje já é pensado com naturalidade - A Ecomuseologia como factor de desenvolvimento sustentável.

No seio deste processo de mudança estão sem dúvida as autarquias que pouco a pouco têm vindo a assumir que a museologia é um instrumento que podem e devem utilizar a par e em articulação com os outros recursos que dispõem para promover o desenvolvimento nos seus diferentes aspectos.

O tempo em que o Ecomuseu do Seixal era um caso isolado por ser único e por não entrar nos parâmetros limitados e retrógrados da museologia oficial já passou. Hoje cada vez mais as Câmaras pretendem implementar instituições museais multifacetadas, já não se contentando em criar salas de recepção para Ministros apressados.

O Museu é cada vez menos uma colecção de pinturas ou de medalhas fechadas em vitrinas e cada vez mais uma rede de intervenções desembocando no desenvolvimento, no resgate das histórias e na afirmação de identidades.

Assim sendo o dialogo com o poder central é difícil pois as autarquias por um lado e o IPM e Ministério da Cultura por outro, têm da museologia visões bem distintas. Por isso me parece que as autarquias devem assumir essa diferença e deixar de esperar do poder central o apoio que não veio, não vem, nem virá.

A autonomia e a descentralização implicam lucidez e naturalmente que sejam definidas em função disso estratégias de actuação.

Devemos reconhecer que neste momento existem na dependência das Câmaras e Juntas de Freguesia centenas de Museus a funcionar, mais ainda de projectos museológicos à espera de luz verde, sem falar de outras tantas centenas de reformas em museus que já estão projectadas e que aguardam melhor ocasião para serem implementadas.

São milhares de funcionários, que representam milhões de contos de encargos. São milhares de voluntários que vêm a sua dedicação e envolvimento mal aproveitados. São milhões de contos em busca de uma rentabilidade social mais evidente.

O problema é sério porque é geral e mexe com pessoas.

No entanto nem as autarquias se decidem a enfrentar este problema de fundo nem os apelos repetidos ao poder central são sequer ouvidos.

Por isso a proposta que trazemos a este 8º Encontro Nacional Museologia e Autarquias tem por base esta constatação e o sentimento partilhado por muitos que há certamente medidas a tomar.

É tempo de no seio da Associação Nacional dos Municípios ser criado um Centro de Recursos Museológicos, que terá a seu cargo responder às solicitações das Câmaras e Juntas de Freguesia deste país, as quais por falta de recurso humanos com formação adequada na maior parte das vezes, (nem sempre se trata de falta de financiamentos), não conseguem levar a bom termo ou em tempo útil os seus projectos no âmbito da museologia.

Imaginamos este Centro de Recursos, pelo menos numa primeira etapa, como um serviço que identifica os recursos existentes nas diferentes regiões do país e que encaminha para o local certo os pedidos de apoio.

Regiões essas que têm por base a localização dos diferentes museus e que procurará evitar dependências de divisões administrativas que por agora provavelmente só trariam atrasos e dificuldades. Esses recursos poderão por sua vez organizar-se em equipas de consultoria ou mesmo em equipas de intervenção nos locais do país onde sejam chamadas para proceder a determinadas tarefas.

Caberá a este Centro planear estratégias em diferentes campos de acção tais como formação, modelos de informatização, comunicação, realização de encontros, implementação de redes de serviços, apoio jurídico no domínio do património e acerto e definição da tão adiada estruturação das carreiras e demais questões do foro profissional.

Disponibilizando informação sobre as suas competências através de um sítio a criar na Internet, deverá também o Centro editar uma revista a distribuir por municípios e Juntas de Freguesia tornando-se assim também através de estes dois meios, um agente motivador, revelador da realidade museológica das autarquias e em consequência também um factor de provocação e de desafio à capacidade criadora de todos aqueles que vêm na Museologia um meio de intervenção social.

Neste contexto o Centro de Recursos autárquicos afirmar-se-á como um apoio e não como uma estrutura que possa cair no erro de pretender dirigir.

Este Centro será de certa forma a resposta necessária de uma autonomia municipal, que progressivamente se constrói em termos de renovação museológica, mas que por agora ainda se põe na dependência de apoios do poder central que não só não existem, e mesmo que existissem estariam longe de sair de um pensamento museológico arcaico.

Por outro lado, trabalham hoje em muitas Câmaras do país pessoas que dotadas de grande competência apenas desejam que lhes seja

proporcionado um quadro de actuação no âmbito do qual possam partilhar o seu saber e o seu saber fazer.

O nosso desejo é apenas que este 8º Encontro Nacional Museologia e Autarquias venha a contribuir para a resolução deste problema. É um dever de solidariedade.

Proposta para a Criação do Centro de Recursos Museológicos da ANM

Os participantes no 8º Encontro Nacional Museologia e Autarquias considerando que:

as autarquias em Portugal têm vindo a desenvolver um importante trabalho museológico em prol do desenvolvimento local e regional,

as autarquias nem sempre dispõem de recursos humanos com a necessária formação museológica

que é necessário promover a cooperação entre municípios para alterar e combater estas deficiências,

propõem a criação de um Centro de Recursos Museológicos a funcionar no quadro da ANM com os seguintes objectivos:

1-Promover o diagnóstico da situação actual dos Museus dependentes de autarquias e suas implicação no contexto nacional e da União Europeia.

2-Criar uma rede de recursos humanos nos diferentes domínio da museologia, cobrindo o território nacional

3- Assegurar apoio técnico e conceptual no campo da museologia às autarquias que o solicitem.

4- Promover o desenvolvimento e modernização das instituições museológicas dependentes das autarquias.